

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P. C. P.

DOIS DESVIOS, DOIS PERIGOS

NA apreciação da situação política e das tarefas do Partido, têm aparecido insistentemente duas tendências que determinaram dois perigosos desvios de orientação.

1

Acreditaram muitos anti-fascistas, incluindo camaradas nossos, que o governo de Salazar estava realmente interessado em operar uma viragem para a democracia, uma «transição» no sentido da democracia e que as suas medidas, quando da «campanha eleitoral», eram o primeiro passo para a democratização da vida portuguesa. Desta apreciação da situação nacional resultou uma concepção da orientação a seguir pelas forças anti-fascistas e pelo nosso Partido. Vejamos alguns aspectos dessa concepção:

a) — Acreditando na sinceridade do governo e na «viragem para a democracia», esses anti-fascistas e camaradas defendiam uma **orientação legalista**, ou seja: o apego e aceitação quase incondicional das condições de legalidade oferecidas pelo governo fascista. Dentro desta orientação, apregou-se que nada se devia fazer que assustasse o governo e o «fizesse voltar atrás». Defendeu-se que era necessário agir exclusivamente dentro da legalidade para animar o governo a «prosseguir a sua política de transição». Manifestou-se receio pela participação da classe operária no MUD, pelas acções de massas, pelas demonstrações públicas. Foi dentro desta orientação que a Comissão Central do MUD, logo no início do movimento, determinou a suspensão das reuniões e que, quando da prisão da Comissão Distrital do Porto, alguns dos seus substitutos se pronunciaram e agiram contra as manifestações de rua das massas democráticas. Foi dentro desta orientação que foram entregues ao governo listas de assinaturas. Foi dentro desta orientação que alguns organismos do MUD dificultaram, a cada passo, a organização e mobilização das classes

trabalhadoras e se opuseram, em muitos casos, a formas de agitação e propaganda massivas.

Os resultados desta concepção e desta orientação foram muito prejudiciais ao movimento nacional anti-fascista. O movimento e organização das massas foram entravados. Não se levou a cabo aquela acção de desmascaramento do fascismo que era então possível realizar-se. Não se aproveitaram amplamente as possibilidades legais, no sentido de mobilizar a nação na defesa das pequenas liberdades alcançadas e na resistência contra a tentativa do fascismo para de novo as tirar.

b) — Acreditando na sinceridade do governo e na «viragem para a democracia», esses anti-fascistas e camaradas pensaram que se podia já aparecer abertamente à luz do dia e que, estando-se em vésperas da legalidade democrática, as forças políticas anti-fascistas não tinham já necessidade de se ocultar na clandestinidade. Sobrestimaram-se as possibilidades legais e acreditou-se cegamente numa próxima legalidade democrática. Desta concepção resultou, por um lado, o menosprezo da actividade clandestina, da organização clandestina do movimento de Unidade Nacional e as propostas que chegou a haver para o desaparecimento da organização ilegal de Unidade Nacional e sua dissolução dentro do MUD; por outro lado, dentro do MUD, muitos anti-fascistas falavam abertamente nas forças políticas nacionais, faziam referências claras a partidos e organizações que continuam condenados à ilegalidade, em síntese, conduzia-se, nalguns sectores, uma actividade de «conteúdo ilegal», ou melhor, uma actividade política ultrapassando manifestamente as possibilidades legais existentes.

Os resultados desta concepção e desta orientação foram muito prejudiciais ao movimento nacional anti-fascista. Do enfraquecimento da actividade clandestina resulta um enfraquecimento da unidade

política do movimento anti-fascista e campo aberto para a actividade de grupos de ambiciosos e arrivistas. Da abordagem, no trabalho legal, de aspectos de actividade clandestina, resultam pretextos de acção e intervenção policiais.

Agora que o fascismo lançou medidas energéticas contra a actividade legal da oposição, pode perguntar-se se este desvio legalista tem ainda lugar e se ainda oferece quaisquer perigos. Ou se as amargas lições terão aproveitado suficientemente e se é agora da compreensão geral o perigo duma concepção legalista nos seus vários aspectos.

A isto há que responder claramente que o perigo continua existindo. A concepção legalista toma hoje formas diferentes. Diz-se que foi o movimento popular crescente que queimou o MUD; diz-se que o MUD nunca deveria ter sido outra coisa senão um movimento de intelectuais, actuando por meio de negociações com o fascismo e totalmente separados das massas. E, por tudo isto, há quem defenda a criação duma nova oposição, **mais modesta e mais legal**, aceitando mais estritamente as restrições que o fascismo queira fazer à sua actividade. A reunião dos socialistas em Lisboa foi o primeiro passo importante para a criação dessa nova oposição. Esta orientação constitui um perigo para o movimento nacional anti-fascista. Ela visa quebrar a unidade democrática e enfraquecer a ligação entre as forças políticas anti-fascistas e as massas. Ela visa dar ao fascismo um fundamento para negar o seu carácter fascista e afirmar a existência de leis democráticas em Portugal. Esta concepção legalista é o mais típico oportunismo, ela vai ao encontro dos desejos fascistas e vai contra os interesses do povo português.

2

Mas um outro desvio não menos perigoso se manifestou e continua manifestando. Há anti-fascistas (e camaradas do Partido) que, ao contrário dos primeiros, menosprezam o recuo que o fascismo foi obrigado a fazer e negam a importância das novas possibilidades de luta legal. Tais anti-fascistas e camaradas pensam que nenhuma alteração houve na situação política nacional e que, portanto, nenhuma alteração tem de haver nos métodos de actuação.

Desta apreciação da situação nacional resultou o apego à ilegalidade, as formas clandestinas de actuação. Muitos anti-fas-

cistas e muitos camaradas e organizações do nosso Partido não souberam aproveitar adequadamente as novas possibilidades legais. Tais anti-fascistas e camaradas criticavam de todo o passo o MUD e seus organismos e aderentes, mas não levavam a cabo uma acção no sentido de (ao contrário da orientação oportunista) orientar as vastas massas do povo português e levá-las à luta dentro das novas condições.

Os resultados desta concepção e orientação foram altamente prejudiciais para o movimento nacional anti-fascista: fraca movimentação das classes trabalhadoras, sua fraca organização legal à escala nacional, sectarismo, deficiente esforço no sentido de alargar a Unidade Democrática a novos sectores políticos e populacionais.

Agora que o fascismo lança medidas energéticas contra a actividade legal da oposição, e que é geral o sentimento da falta que fazem essas formas legais de actuação, pode perguntar-se se este desvio tem ainda lugar e se ainda oferece quaisquer perigos.

A isto há que responder claramente que o desvio, o perigo, continua existindo. O apego à ilegalidade e o menosprezo das possibilidades legais ganha novos aspectos depois das medidas repressivas do governo contra o MUD. Toda a vacilação ideológica da pequena burguesia aparece claramente a nù. Os que ontem eram os mais ferrenhos legalistas, caem subitamente na negação de todas as possibilidades legais, na defesa da acção exclusivamente clandestina, na «ilegalização» das organizações legais. E, desiludidos da transição progressiva para a democracia guiada pelo governo de Salazar, desiludidos das facilidades da conquista pacífica da democracia, não vêem outra saída que não seja uma acção de violência, decidida, não pela existência de condições, mas pela sua vontade e pela sua impaciência de conspiradores. Tais elementos, do legalismo acanhado em que ontem se acomodaram, caem subitamente no golpe militar, no punhal.

Esta orientação constitui um perigo para o movimento anti-fascista. Ela tem como resultado uma divisão efectiva da vasta frente democrática e a debilitação das forças anti-fascistas com as massas. Pode ainda ter como resultado uma acção isolada e precipitada dum grupo anti-fascista, que o leve à derrota e ao subsequente reforçamento da repressão fascista.

do fortalecimento do fascismo, e a vacilações, pânico e divisões no campo anti-fascista. Outro aspecto igualmente grave desta concepção, deste desvio, é que ele afasta as forças anti-fascistas da luta pela defesa e alargamento das possibilidades legais, abandonando assim o campo ao fascismo para as suas manobras «democráticas».

3

Qual foi e é a apreciação do nosso Partido da situação nacional? Qual foi e é a orientação do nosso Partido?

Em primeiro lugar. Desde a primeira hora que o Partido sublinhou que o fascismo salazarista continua a ser fascismo, que o governo não quer encaminhar Portugal para a democracia. No documento assinado pelo Bureau Político (Outubro de 1945), bem como em artigos posteriores do «Avante!», o Partido insistiu no carácter fascista do governo; desmascarou o prosseguimento da sua política de exploração e opressão, e mostrou que o governo pretendia realizar esta «manobra política» e dar uma «satisfação illusória» às aspirações do nosso povo manifestadas com extraordinário vigor no dia da Vitória. Desde a primeira hora, contra as ilusões e esperanças ingénuas de muitos, o Partido mostrou ao povo o carácter demagógico das eleições-burla e advertiu-o contra futuras medidas para retirar as poucas liberdades. O Partido mostrou que o governo, forçado a ceder algumas possibilidades de luta legal, reforçava em contrapartida, o seu aparelho repressivo;

Em segundo lugar. Desde a primeira hora, o Partido sublinhou que as magras liberdades concedidas não foram uma dádiva generosa do governo fascista. O manifesto do Bureau Político pôs a claridade essas ligeiras liberdades foram o resultado, não da generosidade do fascismo, mas da luta do povo português e das forças anti-fascistas, e da luta vitoriosa na guerra da coligação anti-hitleriana. Contra ingénuos e derrotistas que, acreditando nas palavras de Salazar, viam nas medidas do governo uma política «independente», o Partido mostrou que **o governo foi forçado a conceder essas liberdades.**

Temos assim os dois traços mais salientes da situação política nacional no momento presente: POR UM LADO, O GOVERNO SALAZARISTA REFORÇA O SEU APARELHO DE DOMINAÇÃO, REFORÇA OS SEUS MÉTODOS FASCISTAS. POR OUTRO LADO NECES-

SITA, pela pressão do povo e da situação internacional, DE TOMAR MEDIDAS QUE VÃO AO ENCONTRO DAS ASPIRAÇÕES DEMOCRÁTICAS DA NAÇÃO.

Compreendendo assim a situação nacional, daqui resulta a orientação a seguir.

Se o governo continua sendo um governo fascista, continua reforçando o seu aparelho de dominação. Não é deste que temos a esperar a transição para a democracia. Dele temos a esperar violências e demagogia. Como o Partido sublinhou desde o primeira hora, é o nosso povo que, pela sua luta, tem de condicionar a democracia. E isto significa que **não devemos esperar de forças cruzadas a evolução pacífica para a democracia guiada por Salazar, não devemos limitar-nos a agir dentro das liberdades condicionadas que o governo se vê obrigado a ceder, mas, ao contrário, lutar pela consolidação e alargamento dessas liberdades e utilizá-las com o fim de mobilizar o povo, mobilizar a nação, para a luta pelas suas aspirações fundamentais.** Por outro lado, se reconhecermos que o governo, pela pressão do povo e pela situação internacional, é obrigado a recuar e a ceder, não devemos desprezar as novas possibilidades que se abrem, mas, ao contrário, **defendê-las sempre que o fascismo as queira retirar com o que hoje acontece com o MUD, utilizá-las o mais largamente possível,** sempre com o mesmo objectivo em vista, de **unir mais ainda o povo na luta pela democracia, alargar mais ainda a frente democrática, conduzir as mais vastas massas à arena da luta política, arrancar pela luta de massas novas concepções ao fascismo, e lutar sempre adiante e mais adiante o povo português na luta contra o fascismo, pela instauração das liberdades fundamentais, por eleições livres.**



«É absolutamente necessário aproveitar as condições extremamente favoráveis para a criação de amplos movimentos juvenis de massas e, para isso, torna-se necessário a adopção duma série de medidas de organização...»

(Das «Resoluções do 1.º Congresso Legal do Partido, pág. 10 e 11, cap. 13, 4).

A necessidade de criarmos NOVOS ORGANISMOS COLECTIVOS DE DIRECÇÃO

NO período intenso de reorganização do Partido, em que só nalguns casos isolados se contava com organismos de direcção regional, local, de zona, etc., o trabalho de organização era muitas vezes levado a cabo, não por um organismo do Partido, mas por um camarada individualmente. O mesmo se tem verificado até hoje quando se trata de organizar ou reorganizar uma região ou um sector onde mal temos pontos de apoio. Nestes casos, vemos muitas vezes um mesmo camarada exercendo o controle político, organizando células, mantendo contactos individuais, transportando a imprensa do Partido, falando a trabalhadores sem-partido para o desencadeamento de lutas de massas, tomando contacto com anti-fascistas para a condução dum trabalho de Unidade Nacional, cuidando da solidariedade, etc., etc. É necessário dizer que a actividade assim desenvolvida por muitos dos nossos militantes, se deve, em parte decisiva, a Reorganização do Partido de 1940-41 e a criação posterior duma organização à escala nacional.

Mas o Partido progrediu e as suas organizações desenvolveram-se sob todos os aspectos. Verifica-se então que muitos militantes (tanto de comités locais, como de regionais, como do próprio CC) continuam apegados ao velho estilo de trabalho. E ainda hoje, em sectores já com apreciável desenvolvimento orgânico, esses militantes continuam a QUERER FAZER TUDO, A IR A TODO O LADO, A TRATAR **DIRECTAMENTE** OS MAIS VARIADOS ASSUNTOS. Aos militantes deste tipo tem-se chamado «homens-orquestras», precisamente por quererem tocar todos os instrumentos.

No grau de desenvolvimento que o Partido atingiu, este tipo de actividade individual é UM PERIGO aos progressos do Partido e UM PERIGO para a continuidade do nosso trabalho. Um tal tipo de actividade é um feio que não permite que se revelem quadros jovens, que estes se desenvolvam dentro duma maior iniciativa e sentido de responsabilidade e sejam promovidos a escalões superiores. Um tal tipo de trabalho corta a iniciativa dentro das camaradas, leva-os a subestimarem as suas possibilidades, não lhes cria confiança em si próprios. Um tal tipo de trabalho impede o desenvolvimento orgânico do Partido, uma vez que, com o

desenvolvimento da organização, com a multiplicidade e variedade das tarefas partidárias, um camarada dirigente dum sector (seja uma província, uma região, um local ou uma grande empresa), por muito activo e preparado que seja, não pôde ir a muitos escalões ou organismos do Partido e em todos assegurar o desenvolvimento regular do trabalho.

Por outro lado, um tal tipo de actividade é um perigo para a continuidade do trabalho, dado que, se esse camarada é preso ou impossibilitado por qualquer razão, o trabalho sofre uma grave interrupção, não há de momento outros camaradas que conheçam suficientemente bem o trabalho do sector para lhe dar continuidade, e, muitas vezes, acontece que esse sector fica longo tempo desligado dos organismos superiores, sem controle, sem receber imprensa nem qualquer ajuda.

Todas estas razões indicam que, na situação presente, há que acabar decididamente com este tipo de trabalho, a não ser em casos especiais de «reorganização» ou «início» de trabalho. O trabalho individual, a actividade dos «homens-orquestras», está de facto a não fazer a um TRABALHO COLECTIVO, a formação de ORGANISMOS apropriados para executar as tarefas de direcção em cada sector.

Sem dúvida que, em muitos casos, isso oferece dificuldades. Escasseiam os quadros preparados e os controladores dizem muitas vezes que «não há camaradas capazes». Sem dúvida que, em organizações jovens, se vão deparar dificuldades para seleccionar quadros a chamar a um trabalho de direcção (de célula, local, ou mesmo regional). Mas os quadros não nascem feltos. Os quadros criam-se no trabalho. A tarefa dos camaradas mais responsáveis em cada sector é precisamente ajudar os quadros menos preparados, dar-lhes tarefas, entusiasma-los no seu espírito de iniciativa, ir-lhes tirando a ideia que têm de esperar, para todas as pequenas coisas, a opinião do camarada controlador. E alguns erros que se cometam são largamente compensados pelos progressos gerais do nosso trabalho, que não deixarão de verificar-se.

Para a constituição de novos organismos de direcção em todos os sectores, é necessária MUITA AUDÁCIA NA PRO-

MOÇÃO DOS QUADROS. Não se trata de chamar ao acaso camaradas para trabalhos de direcção (regional, local ou de célula), mas SABER VER, entre os camaradas do sector, aqueles que oferecem mais condições. E oferecer mais condições não é ser mais palavroso, ou falar melhor, ou ter mais cultura geral, apesar da importância que isto pode ter. Oferecer mais condições é ser mais sério, mais firme, mais dedicado ao Partido. Com estas qualidades essenciais, eles se farão verdadeiros quadros do nosso Partido, uma vez que sabemos ajudá-los.

Nalguns sectores, têm-se obtido grandes resultados seguindo esta orientação. E é absolutamente necessário que ela seja seguida onde quer que haja as condições mínimas para a formação destes organismos.

Assim, por exemplo: Um CR de determinada província desenvolveu o seu trabalho de forma que foram criadas, em poucos meses, 37 organizações (e ligações) locais. É fácil de ver que o CR, por si só, não podia, não só desenvolver o trabalho partidário em todas essas organizações, como manter mesmo um contacto regular com todas elas. Impunha-se, portanto, a criação de Comités Sub-Regionais e foi isso que se começou já a fazer com grande êxito. Outro exemplo: Numa localidade, a organização desenvolveu-se muito e actualmente o CL controla 18 organismos, sendo 15 na própria localidade e 3 em pequenas localidades próximas. Com a variedade e amplitude das tarefas partidárias (organização operária, movimentos de massas, organização camponesa, unidade nacional, juventude, sindicatos, mulheres, solidariedade, etc.), o CL nessa localidade NÃO PODE CUMPRIR A SUA TAREFA DE DIRECÇÃO, se continua sobrecarregado com o controle de 18 organismos. Tantopouco estes se podem desenvolver devidamente. Quer isto dizer que se impõe a criação nessa localidade de comités de zona ou de outros comités que assegurem o controle dos 18 organismos. Só então o CL poderá de facto fazer um verdadeiro trabalho de direcção, sem o qual essa nossa organização estará condenada a estagnar. E só então todas e cada uma dessas organizações poderão ganhar um tipo superior de actividade. Um terceiro exemplo: Partindo duma organização local, estabeleceram-se contactos com mais 10 localidades e, nalgumas destas, constituíram-se organizações

do Partido. Mas o controle dessas 10 localidades continua a cargo do controlador do CL. Impõe-se a formação dum organismo colectivo (à base de camaradas do primitivo CL ou de camaradas que se destaquem nas novas organizações locais).

Estes exemplos concretos, que podíamos multiplicar às dezenas não só no que respeita a trabalho provincial, regional ou local, como ainda ao trabalho de zona ou empresa, indicam claramente qual a orientação que temos de seguir no nosso trabalho de organização, sob pena de entravarmos e pormos em perigo todo o desenvolvimento do nosso Partido. Ao muito que fizemos para alargar a organização do nosso Partido, temos de juntar um trabalho superior de organização. As condições estão maduras para o fazermos em muitos sectores.

JOVENS

«O estabelecimento da unidade com jovens de todas as tendências, seja com objectivos muito concretos em defesa dos interesses da massa estudantil, seja para a criação de novas organizações juvenis (partidárias, por exemplo), seja para a criação de Comités de Unidade Nacional, seja em qualquer outras formas orgânicas que sejam julgadas viáveis — é, no momento presente, a questão mais importante de todo o movimento estudantil.

Os nossos camaradas estudantes não devem esquecer um momento que, dada a situação nacional e internacional, é possível hoje arrastar para o campo antifascista muitos milhares de jovens, ainda ontem indiferentes ou mesmo enganados e influenciados pelo fascismo.»

(De «O Militante» n.º 32)

MULHERES

«É fundamentalmente à base das Comissões de Unidade que devemos orientar o trabalho de organização das mulheres trabalhadoras. Claro que isto não exclui a organização das mulheres em células do Partido, ali onde surjam condições para a sua formação.

É necessário que os nossos militantes se habituem a encetar as mulheres trabalhadoras como parte integrante da classe trabalhadora, desempenhando um papel importante na luta contra o patronato e o fascismo de Salazar. É necessário mobilizar e organizar as mulheres trabalhadoras para as próximas grandes e decisivas jornadas...»

(De «O Militante» n.º 38)



Conduzimos as massas camponesas À LUTA NAS CASAS DO POVO

PARA a mobilização e luta das classes camponesas, reveste-se uma importância especial as Casas do Povo. As Casas do Povo podem e devem ser utilizadas para nelas se apoiarem as lutas reivindicativas das classes camponesas. Em alguns casos há um positivo trabalho das organizações partidárias em relação às Casas do Povo, quer levando às massas camponesas a fazerem as concentrações, assembleias, pressões, quer levando às direcções trabalhadores honrados e prestigiados. Mas isto são casos isolados que, de nenhuma forma, caracterizam o panorama geral da actividade nas Casas do Povo. Em Setúbal há cerca de 400 Casas do Povo, e, em relação à sua quase totalidade, não há uma actividade concreta do nosso Partido. Isto representa uma gravíssima deficiência que é necessário corrigir.

Duma forma geral os trabalhadores do campo mantêm uma atitude negativa perante as Casas do Povo: recusam-se a pagar cotas, ou a utilizar a assistência que lhes é facultada e abandonam totalmente as Casas do Povo às manobras dos fascistas locais. E as organizações do Partido, na sua maioria, não compreenderam a importância decisiva que tem para o movimento camponês, o levar as massas camponesas a modificar a sua «atitude negativa», a interessarem-se pelas Casas do Povo, procurando utilizá-las e transformá-las num organismo para a defesa dos seus interesses.

O Partido colocou, há cerca dum ano («À frente!» de Abril de 45), a palavra de ordem de exigir eleições livres nas Casas do Povo. Que se fez desde então para levar à prática esta palavra de ordem? Muito pouco, praticamente nada. Esta palavra de ordem não encontrou eco nas massas camponesas. E porque? Porque, como sublinhou o camarada Gabriel numa carta à direcção do Partido, «não podemos chamar as massas camponesas à luta eleitoral para as eleições nas Casas do Povo, sem lhes ter despertado o interesse pelas próprias Casas do Povo, sem as ter convencido da sua importância vitalíssimas». Como muito bem sublinha esse nosso camarada, «naturalmente que, mesmo sem essa condição essencial, devem as nossas organizações dispendir o máximo de esforços para levar os trabalhadores rurais a colocar nas direcções das Casas do Povo homens da sua con-

fiança. Mas não devemos deixar de pensar seriamente no facto de que o interesse das massas pela Casa do Povo é a primeira condição para que esses esforços sejam coroados de êxito».

Este é de facto o problema fundamental. Há que empregar todos os esforços para interessar as massas camponesas nas Casas do Povo, nas lutas reivindicativas dos trabalhadores rurais, ter sempre o cuidado de os levar a utilizar a Casa do Povo, a fazerem as concentrações e pressões sobre as suas direcções. As organizações do Partido devem vulgarizar entre as massas camponesas as disposições dos estatutos das Casas do Povo que se atribuem como função a defesa dos interesses dos trabalhadores (salários, assistência, etc.), convencer os trabalhadores rurais e os pequenos e pequeníssimos proprietários de que as Casas do Povo devem ser arrancadas às mãos dos exploradores fascistas e devem ser transformadas em organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo. E caso conveniente far-se-á, não por uma agitação abstrata, mas pela actividade concreta em relação às Casas do Povo.

PARA O 1.º DE MAIO

TODAS as organizações e militantes do Partido devem desde já conduzir a sua actividade com vista a que o 1.º de Maio desperte no espírito das massas trabalhadoras e volte a ser uma verdadeira jornada de luta.

Para o 1.º de Maio deste ano devem preparar-se reuniões e assembleias onde seja ressaltado o verdadeiro significado do 1.º de Maio, devem preparar-se manifestações, concentrações e, onde as condições o aconselhem, paralizações de trabalho e outras formas de luta pelas reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora.

Embora o 1.º de Maio seja uma data de luta da classe trabalhadora, a actividade do Partido deve ter também em vista conseguir que todas as restantes camadas da população se solidarizem com a classe trabalhadora neste dia, contribuindo para que este 1.º de Maio seja uma data do fortalecimento da UNIDADE de todos os democratas e patriotas portugueses, na luta pela Democracia, pela Liberdade e contra o fascismo.